MUNICÍPIO DE NOVO MACHADO/RS
Rua Tuparendi, 111 - Novo Machado
Fone: (055)3544-1033
CEP 98.955-000
CGCMF 94.187.341/0001-61

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADIMINISTRAÇÃO DIRETA DO EXERCÍCIO DE 2018.

NOTA 1 - Contexto Operacional:

A Administração Direta compreende os órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito; Cinco Secretarias Municipais; Regime Próprio Previdência Social e o Poder Legislativo.

NOTA 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial, a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

NOTA 3 - Critérios na elaboração das demonstrações contábeis e informações complementares:

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo que seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para receitas e

despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).

O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial, é composto pelas seguintes destinações legais, aqui denominados de acordo com os recursos vinculados:

RV	ORIGEM	SALDO ANTES RESTOS/OBRIG.	RESTOS A PAGAR	SUPERAVIT
0001	LIVRE	451.551,18	243.893,82	207.657,36
0020	MDE	40.027,47	15.124,77	24.895,70
0031	FUNDEB	2.806,86	2.367,11	439,75
0040	ASPS	264.929,33	98.914,87	166.014,46
0050	RPPS	19.981.865,25	0,00	19.981.865,25
1103	FEAS	3.804,60	0,00	3.804,60
1105	IGDPBF	3.606,48	0,00	3.606,48
1106	SCFV	27.777,47	0,00	27.777,47
1107	PAIF	10.556,20	0,00	10.556,20
1108	SUAS	6.859,91	0,00	6.859,91
1201	PNAE	8.331,23	0,00	8.331,23
1202	PEATE	5.278,92	0,00	5.278,92
1207	SALÁRIO EDUCAÇÃO	26.463,99	0,00	26.463,99
1208	PNATE	18,98	0,00	18,98
1209	PDDE	2.820,06	0,00	2.820,06
1212	BRASIL CARINHOSO	1.467,49	0,00	1.467,49
1213	AFMP 815/2017	48.113,65	0,00	48.113,65
1302	CIDE	2.953,83	0,00	2.953,83

1313	PATRIMONIO	269,33	0,00	269,33
1319	PAV. MIN. CIDADES	1.134,40	0,00	1.134,40
1345	MEIO AMBIENTE	10.808,82	0,00	10.808,82
4001	VIGILANCIA SANITARIA	65,42	0,00	65,42
4011	AT. BÁSICA ESTADUAL	221.304,73	0,00	221.304,73
8001	RETENÇÕES	53.976,71	53.976,71	0,00
4050	FB-ESTADUAL	20.862,51	0,00	20.862,51
4090	ESF/SB/ACS-ESTADUAL	5.571,75	0,00	5.571,75
4190	VIG. EPID. ESTADUAL	2.348,34	0,00	2.348,34
4111	PRÓTESES DENT.EST.	133.602,51	0,00	133.602,51
4510	PAB FIXO FEDERAL	8.915,29	0,00	8.915,29
4520	ESF/ACS/SB FEDERAL	108.017,78	0,00	108.017,78
4521	PMAQ FEDERAL	238.642,08	0,00	238.642,08
4710	VIG. EPID. FEDERAL	28.948,93	0,00	28.948,93
4760	VIG. SANIT. FEDERAL	2.977,05	0,00	2.977,05
4770	FARMÁCIA BÁSICA FED.	7.708,31	0,00	7.708,31
4900	GESTÃO SAÚDE	11.000,00	0,00	11.000,00
4901	QUALIFAR SAI/SUS	36.800,33	0,00	36.800,33
4931	UBS EQUIP.	10.039,98	0,00	10.039,98
4935	UBS PRÉDIO	10.418,95	10.418,95	0,00
4936	UBS VEÍC/EQUIP	91.905,41	0,00	91.905,41
4937	TRIAGEM DE LIXO	91.302,83	38.965,84	52.336,99

Dívida Ativa - Curto e Longo Prazo

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazo foi realizada mediante a metodologia mais simples de cálculo sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.

Dívida Ativa - Ajuste a Valor Recuperável

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste a valor recuperável a técnica sugerida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III, baseada no Histórico de Recebimentos Passados, cuja técnica é a seguir apresentada:

1)constituiu-se o referido ajuste pela média percentual dos recebimentos totais ao longo dos últimos três exercícios;

2)calculou-se a média percentual de recebimento na arrecadação e percentual de frustração.

NOTA 4 - Gestão do Patrimônio:

O controle patrimonial se dá por meio do registro adequado de todos os bens do Município, que em razão de seu uso corrente não perdem sua identidade física e ou têm durabilidade superior a dois anos. O registro patrimonial é o procedimento administrativo que consiste em cadastrar no patrimônio do órgão ou entidade as características, especificações, número de tombamento, valor de aquisição e demais informações sobre um bem adquirido. O inventário é o procedimento administrativo realizado por meio de levantamentos físicos, que consiste no arrolamento de todos os bens existentes. É o processo de contagem física

propriamente dita dos bens com o objetivo de verificar a exatidão dos registros de controle patrimonial, em um ou mais setores do órgão ou entidade, bem como de fornecer subsídios para a avaliação e controle gerencial de materiais permanentes.

A contadoria do município fez o lançamento contábil de forma sintética, porém não houve confronto com o setor patrimonial para possíveis ajustes pela ausência de relatórios elaborados pelo setor responsável pelo patrimônio.

NOTA 5 - Utilização subsidiária de normas nacionais e internacionais:

Não foram utilizadas subsidiariamente normas nacionais e internacionais na confecção das demonstrações contábeis durante o exercício de 2018, sendo que as mesmas foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei número 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes, seguidas dos procedimentos aplicados e impactos causados no patrimônio.

NOTA 6 - Ativos imobilizados/intangíveis obtidos gratuito:

Durante o exercício de 2018, o município não recebeu ativos imobilizados e ou intangíveis a título gratuito

NOTA 7 - Consolidação das demonstrações contábeis:

Esta consolidação das demonstrações contábeis é composta pelos órgãos da Administração Direta, conforme evidenciado na NOTA 1 - Contexto Operacional, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

a) os ajustes e as eliminações decorrentes do processo de consolidação foram realizados em documentos auxiliares e

não originaram nenhum tipo de lançamento na escrituração das entidades que formam a unidade contábil;

b) as demonstrações contábeis integrantes da consolidação foram levantadas na mesma data.

Foram ressaltados nesta relação de notas explicativas os principais aspectos da gestão financeira, econômica e patrimonial do exercício de 2018, portanto, esta administração fica a inteira disposição para os esclarecimentos que assim forem necessários.

Novo Machado/RS, 21 de janeiro de 2019.

Antônio Luiz Savela
Prefeito Municipal

Pref. Municipal de Novo Machado
Antônio Luiz Savela
Prefeito Municipal
CPF 472 528 390-87

Rodrigo Felipe Littmann
Secretário da Finanças

Pref. Municipal de Novo Machado
Rodrigo Felipe Littmann
Secretário de Finanças
CPF 034.304.290-80

Maria Helena Dalla Costa
Contadora

Maria Helena Dalla Costa
Contadora
CRC/RS 055836/0-7 - CPF 377.326.690-0